



ESPANHA

Crise instalada

O premiê socialista, Pedro Sánchez, acena com eleição parlamentar antecipada depois de ver derrotada no parlamento sua proposta para a crise habitacional. Inquilinos protestam nas ruas

Javier Soriano/AFP



Milhares de espanhóis marcham em Madri atrás de faixas que convocam greve geral em apoio a projeto que barra despejos



Oito dias de poder popular são capazes de fazer muito mais do que oito anos de governo progressista"

Valeria Racu, porta-voz do Sindicato de Inquilinas



Os políticos estão a serviço do dinheiro, dos fundos abutres, e afastados do povo"

Adhara Freille, jardineira, moradora de Madri

continuará protestando "até que alguém ouse regular" o mercado. "Todos vamos ter de ir embora de Madri", afirmou. "E lamento, porque sou de Madri", desabafou.

As manifestações, convocadas antes da votação parlamentar de sexta-feira, ocorrem no contexto da crise desatada há cerca de 10 dias pelo despejo de Maricarmen Abascal. O caso tornou-se símbolo dos problemas com o acesso da moradia que afetam a Espanha há anos. Ela foi despejada do apartamento onde morava havia sete décadas depois que a imobiliária que comprou

o imóvel quis aumentar o aluguel em 275%. "Vivemos em condições muito precárias, apertadíssimas, por um sistema que não nos dá condições dignas para viver", explicou Javier, instalador de placas fotovoltaicas de 31 anos, que não quis informar o sobrenome. "Estamos reivindicando um direito básico, que é ter uma moradia digna, uma estabilidade." Ele ofereceu como exemplo o próprio caso: "Agora mesmo, estou vivendo em um apartamento de 90 m², com outros quatro moradores. Venho pagando, como a maioria de nós, metade do

salário por um quarto minúsculo".

Sánchez avalia

A derrota do governo no Parlamento, onde foram rejeitados na sexta-feira dois decretos com medidas sobre a habitação, voltou a colocar no centro do debate a possibilidade de uma antecipação das eleições gerais, inicialmente previstas para 2027. Segundo a imprensa espanhola, o presidente do governo (primeiro-ministro), o Pedro Sánchez, do Partido Socialista Operário Espanho (PSOE), pediu alguns dias para avaliar a situação e decidir se vai convocá-las. O líder da oposição de direita, Alberto Núñez Feijóo, do Partido Popular (PP), exigiu ontem que Sánchez "pare de ameaçar" com eleições e as convoque de uma vez, "porque o país não aguenta mais".

Assim como acontece em muitos países europeus, a falta de moradias acessíveis é um dos principais problemas sociais na Espanha, onde plataformas turísticas como Airbnb e fundos de investimento são responsabilizados pelo aumento vertiginoso dos preços, ao comprar propriedades imobiliárias e reduzir a oferta para os moradores.

BOLÍVIA

Aizar Raldes/AFP



O ex-procurador-geral Roger Mariaca, destituído e preso

Troca de guarda na Justiça

O Congresso da Bolívia designou o juiz e acadêmico José Armando Urioste como substituto interino do procurador-geral Roger Mariaca, detido na quarta-feira, após ser acusado pelos Estados Unidos de vínculos com o narcotráfico. A nomeação foi aprovada por 113 votos contra 11, após seguidas indicações rejeitadas e negociações que se estenderam da noite de sexta-feira até a manhã de ontem. Urioste tem longa trajetória no departamento de Beni, no nordeste do país. "Estamos recebendo uma instituição que demonstra, pelos acontecimentos desta semana, que está totalmente maculada por atos de corrupção, manchada pela trajetória lamentável dos colegas", disse o interino ao jornal *El Deber*. "Vamos investigar. Sou contrário a fazer uma caça às bruxas. Considero que há um princípio de presunção de inocência, mas também existe o princípio de objetividade", afirmou.

O Congresso teve primeiro de alterar a legislação para permitir a suspensão do procurador-geral, diante da existência de uma acusação criminal e da decretação de prisão preventiva contra ele. O presidente Rodrigo Paz, de direita, promulgou a lei e o Congresso retomou a sessão para processar a substituição. Mariaca é investigado por lavagem de dinheiro do tráfico e organização criminosa, acusações que ele nega.

No início da semana, Washington revogou o visto de Mariaca e de outros altos funcionários e empresários de Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Sua captura, dois dias depois, foi "fruto de um esforço de investigação e de um trabalho silencioso, minucioso", afirmou o presidente Paz. Segundo o Ministério do Governo (Casa Civil), o ex-chefe do Ministério Público teria dado proteção ao narcotraficante uruguaio Sebastián Maset, capturado pela polícia em março deste ano, com ajuda da agência antidrogas norte-americana, a DEA, e enviado para os EUA.

Por esse caso também foram presos três procuradores, seis funcionários do Ministério Público e quatro indivíduos que tentaram retirar cerca de US\$ 300 mil da residência de Mariaca, escondidos em uma ambulância.

Paz destacou a participação nessas prisões do Escudo das Américas, uma aliança de governos latino-americanos de direita, impulsionada por Washington para combater o crime transnacional.

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

ELEIÇÕES PARA BILHÕES NO MUNDO

Neste domingo de 2026, o Brasil se junta a bilhões de pessoas no mundo cujos países usam o sistema eleitoral, apostando mais ou menos na democracia. Estima-se que, ao longo de todo o calendário de 2026, mais de 1,5 bilhão de eleitores irão às urnas em cerca de 60 países. O número reúne disputas de diferentes níveis e regimes políticos. Impressiona pela escala, mas não autoriza comemoração desvencilhada de ponderações. Muitas vezes na urna entra paixão, sai do outro lado frustração.

Para saber quanto vale uma eleição, convém perguntar o que acontece com quem perde e quanto pode fazer quem vence. Portugal, com quem dividimos a língua e muito mais, abriu o ano escolhendo seu presidente. Aqui na região, Colômbia e Peru também o fizeram.

No setembro que acabou de findar, a

Suécia foi às urnas. Após o Brasil, ainda virão as eleições legislativas estadunidenses de meio de mandato presidencial, em 3 de novembro, e as neozelandesas, quatro dias depois. A coincidência de práticas eleitorais tem também em si diferenças importantes.

Em alguns lugares, como por aqui, escolhemos diretamente o chefe do Executivo. Já em outros, elege-se o Parlamento do qual sairá o governo. A discussão entre um modelo e outro nunca ficou bem assentada no Brasil, ainda que o povo tenha sido chamado a escolher outro modelo. Em muitos casos, tanto em regimes presidencialistas quanto parlamentaristas, o resultado da votação pode é, na verdade, iniciar uma negociação, em vez de encerrá-la. No Vietnã, que também realizou eleições neste ano, só o Partido Comunista é legalizado,

o que fere a legitimidade do ato de votar.

Em Uganda, a ONU denunciou repressão contra opositores antes e depois do pleito. Contar votos não basta quando o poder instalado cerceia previamente quem poderia disputar honestamente, ou atua com parcialidade sobre o que pode ser publicado e envia as críticas a passíveis de punição.

A competição precisa existir antes da abertura das urnas e sobreviver, de forma saudável e madura, ao seu fechamento. Mesmo entre democracias, comparar exige cuidado. Sistemas proporcionais procuram acomodar mais correntes políticas no Parlamento, gerando governos de coalizão que precisam negociar prioridades, às vezes quase que caso a caso.

Essa inclusão tem benefícios, mas também seus custos. Num recorde mundial, a Bélgica levou 541 dias para formar um governo após as eleições de 2010. O episódio, que ocorreu após uma crise de cerca de cinco anos na política do país, ajuda a entender a impaciência do eleitor, mas nunca parece inútil ressaltar que isso não transforma a concentração de poder em solução.

Nessa seara, a Hungria ofereceu neste ano uma razão para moderar o fatalismo. A vitória de Péter Magyar encerrou 16 anos de governo de Viktor Orbán, cuja concentração de poder provocara sucessivos conflitos com a União Europeia. O resultado demonstra que o desgaste democrático pode encontrar resistência eleitoral, ainda que apenas depois de anos e sob muitas pressões de todos os lados.

Reconstruir instituições, porém, demanda mais que substituir seus ocupantes. A maioria que promete restaurar limites também precisa aceitar ser limitada. É aí que a virtude vacila na ausência de instituições saudáveis e funcionais.

Nos Estados Unidos, as eleições de novembro renovarão toda a Câmara dos Representantes e um terço do Senado. Os representantes, equivalentes aos nossos deputados federais, têm mandatos de apenas dois anos, e as eleições legislativas de meio de mandato presidencial são a oportunidade de a população decidir se dará mais força ou tirará a força daquele que ocupa a Casa Branca. A nova composição do Congresso dos EUA influenciará a capacidade

de manobrar do presidente.

O eleitor pode aprovar uma liderança e, depois, desejar contê-la, caso esteja se excedendo. A democracia permite essa revisão sem exigir que o país comece do zero. Na América do Sul, as vitórias conservadoras na Colômbia e no Peru alteraram o equilíbrio político regional que pende ora para a direita, ora para a esquerda.

Há, sempre, motivos para cobrar a política sem desistir dela. O cientista político australiano Robert Thomson, por exemplo, reúne evidências de que há, sim, correspondência entre programas eleitorais e decisões governamentais, variável conforme as instituições e os acordos de poder. Promessas podem, sim, ser verificadas em sociedades evoluídas.

Votar, hoje, exige alguma paciência com pessoas que talvez não a mereçam. Nenhum resultado eliminará nossos conflitos, nem deveríamos esperar isso. Sociedades livres continuam discordando sobre como viver. Mas só a democracia deixa espaço para confirmar esperanças ou corrigir decepções.

PAULO DELGADO, Sociólogo